

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siuffi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 8/2023-PGJ, DE 23 DE MARÇO DE 2023.**

*Disciplina a atuação das Promotorias de Justiça das Fundações e Entidades de Interesse Social no Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.*

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 7º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e com fulcro no art. 3º, inciso I, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993,

CONSIDERANDO que constitui função institucional do Ministério Público a proteção do patrimônio público e social, dos interesses sociais difusos e coletivos, conforme os arts. 127, *caput*, e 129, incisos III, VI, VIII e XI, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que constitui atribuição do Ministério Público Estadual velar pelas fundações no respectivo estado onde se achem sediadas ou em que operem, consoante o art. 66 do Código Civil (Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002);

CONSIDERANDO que essa função o Ministério Público deve exercer, precipuamente, a partir do exame e da decisão quanto ao ato de instituição das fundações, bem como da fiscalização efetiva e constante dos atos praticados pela sua administração e pela análise da prestação anual de contas dessas entidades, consoante disposição dos arts. 764 e 765 do Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015) e 63, 65, *caput* e parágrafo único, 67, 68 e 69 do Código Civil;

CONSIDERANDO a necessidade de otimizar a fiscalização das fundações existentes no Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 114, inciso I, 120 e 121 da Lei dos Registros Públicos (Lei Federal nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973), bem como no Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, a respeito do registro dos atos constitutivos e averbação das fundações;

CONSIDERANDO que, em função do interesse público que lhes é intrínseco, as fundações privadas, bem como as entidades de interesse social que recebam auxílio ou subvenção do Poder Público ou que se mantenham, no todo ou em parte, com contribuições periódicas de populares, devem ser geridas em consonância com os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, transparência, economicidade, razoabilidade e eficiência;

CONSIDERANDO que o Decreto-Lei nº 41, de 18 de novembro de 1966, autoriza que o Ministério Público requeira, quando for o caso, a dissolução judicial das sociedades civis de fins assistenciais que recebam auxílio ou subvenção do Poder Público ou se mantenham, no todo ou em parte, com contribuições periódicas de populares;

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer orientação e critérios objetivos destinados a aprimorar a atividade dos membros do Ministério Público com atribuição de velamento das fundações privadas e fiscalização das demais entidades de interesse social;

CONSIDERANDO a implantação do novo Sistema Informatizado para Prestação de Contas das Fundações e Entidades de Interesse Social (Portal das Fundações),

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica disciplinada, nos termos desta Resolução, a atuação das Promotorias de Justiça responsáveis pelo velamento das fundações privadas e pela fiscalização das demais entidades de interesse social no Estado de Mato Grosso do Sul, sem prejuízo da observância das normas constantes da Constituição Federal e legislação pertinente ao tema.



## CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º A atividade de velamento das fundações de direito privado será realizada no âmbito das Promotorias de Justiça que detêm tal atribuição, de acordo com as normas previstas nos arts. 62 a 69 do Código Civil e 764 e 765 do Código de Processo Civil, além das normas regulamentadoras contidas nesta Resolução.

Parágrafo único. Não se submetem à atividade de velamento descrita no *caput* as fundações previdenciárias.

Art. 3º As atividades de fiscalização descritas nesta Resolução aplicam-se, no que couber, às demais entidades de interesse social que recebam auxílio ou subvenção do Poder Público ou que se mantenham, no todo ou em parte, com contribuições periódicas de populares.

§ 1º Submetem-se à fiscalização descrita no *caput* as cooperativas e as organizações religiosas que desenvolverem atividades de interesse social em benefício da sociedade de maneira geral, não restringindo seu atendimento exclusivamente aos interesses dos seus próprios membros.

§ 2º Os integrantes dos órgãos deliberativo, executivo e de fiscalização das entidades de interesse social, e as empresas ou entidades das quais sejam aqueles ou seus parentes até o terceiro grau diretores, gerentes, sócios ou acionistas não poderão efetuar com ditas entidades negócios de qualquer natureza, direta ou indiretamente, salvo em favor da entidade, a título gratuito.

Art. 4º As Promotorias de Justiça das Fundações e Entidades de Interesse Social exercem atividades administrativas finalísticas, com prerrogativas próprias dessa atribuição, recorrendo ao Poder Judiciário na hipótese em que se mostrar inviável solução administrativa ou houver expressa previsão legal.

Art. 5º São atribuições do Promotor de Justiça das Fundações e Entidades de Interesse Social:

I - aprovar as minutas das escrituras de instituição de fundações, verificando se atendem aos requisitos legais e se os bens se bastam aos fins a que se destinam, fiscalizando, ainda, o seu registro;

II - instaurar procedimento administrativo, anualmente, para cada fundação privada existente na comarca, a fim de acompanhar e analisar a prestação de contas do respectivo exercício financeiro;

III - instaurar procedimento administrativo, anualmente, para cada fundação privada existente na comarca, a fim de acompanhar e registrar cronologicamente todas as atividades da entidade, incluindo as atas, livros contábeis e outros registros de ocorrências que não sejam analisados em procedimentos próprios, juntando a documentação pertinente;

IV - exigir prestação de contas das fundações por intermédio dos seus administradores, quando estes não as apresentarem na forma e no prazo estabelecidos na presente resolução, requerendo-as judicialmente, quando necessário;

V - aprovar os estatutos das fundações de direito privado e suas respectivas alterações, bem como promover medidas objetivando a adequação do regulamento das fundações às suas finalidades e à ordem jurídica;

VI - examinar as contas prestadas anualmente pelas fundações vinculadas à respectiva comarca, aprovando-as ou não, sendo esta decisão fundamentada no relatório técnico-contábil elaborado por procedimento ordinário de fiscalização por intermédio do Sistema Informatizado para Prestações de Contas das Fundações e Entidades de Interesse Social ou por procedimento especial pelo Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução (DAEX);

VII - requisitar documentos que se mostrem necessários para a análise da prestação de contas;

VIII - fiscalizar a aplicação e a utilização dos bens e recursos destinados às fundações e entidades de interesse social, independentemente da fiscalização exercida por outros órgãos de controle;

IX - fiscalizar o funcionamento das entidades de interesse social, a fim de promover o controle e a adequação das atividades a seus fins estatutários e tomar as suas contas quando houver indícios de malversação dos recursos provenientes de auxílio ou subvenção do Poder Público, de contribuições periódicas de populares ou de irregularidades na execução de suas atividades, intervindo para sua dissolução, nas hipóteses do art. 2º do Decreto-Lei nº 41/1966;

X - instaurar procedimento investigativo ou qualquer outro procedimento administrativo, bem como propor ação civil pública para a defesa dos direitos e interesses afetos às fundações e entidades de interesse social sujeitas à fiscalização ministerial;

XI - representar à Promotoria de Justiça com atribuição na seara do patrimônio público, no que couber, em caso de indícios de prática de atos de improbidade administrativa e, quando cabível, à Promotoria de Justiça com atribuição criminal em caso de indícios de prática de crime, conforme atribuições constantes na Resolução condizente;

XII - ingressar com as ações judiciais cabíveis, objetivando o ressarcimento de recursos que foram utilizados em desacordo com os objetivos estatutários das fundações e das entidades de interesse social sujeitas à fiscalização ministerial, bem como, quando necessário, impor obrigação de fazer para que sejam utilizados estritamente na consecução dos fins a que se destinam;

XIII - expedir recomendações aos dirigentes ou gestores das fundações privadas e entidades de interesse social



sujeitas à fiscalização ministerial, objetivando, entre outras especificações, a prevenção de condutas lesivas às referidas entidades e/ou à melhoria de suas atividades, bem como a adoção de medidas corretivas visando à recomposição do patrimônio, inclusive mediante celebração de termo de ajustamento de conduta, quando couber;

XIV - promover as medidas cabíveis para a anulação dos atos praticados pelos administradores das fundações e das entidades de interesse social que não observarem as normas estatutárias, regulamentares e as disposições legais;

XV - inspecionar as fundações e entidades de interesse social, quando se mostrar pertinente ou necessário;

XVI - requisitar relatórios, orçamentos, elementos contábeis, informações, cópias de atas, regulamentos, atos gerais dos administradores e demais documentos que interessem à fiscalização dessas instituições;

XVII - requerer, em juízo ou fora dele, a remoção de administradores das fundações e das entidades de interesse social, nos casos de gestão irregular ou temerária, e a nomeação de quem os substitua, quando for o caso;

XVIII - promover, em juízo ou fora dele, a responsabilização pessoal dos gestores das fundações e entidades de interesse social, quando, em decorrência de gestão irregular ou temerária, ocorra prejuízo aos cofres da respectiva entidade;

XIX - autorizar previamente a alienação ou a constituição de ônus reais sobre os bens patrimoniais, requerendo, se necessário, o sequestro dos bens alienados irregularmente e outras medidas cabíveis;

XX - intervir, como fiscal da ordem jurídica, com fundamento no art. 178, inciso I, do Código de Processo Civil, nas medidas judiciais em que figure como parte fundação de direito privado, pronunciando-se acerca da existência de interesse social que justifique a intervenção ministerial, bem como quando o objeto do pedido for pertinente à regular constituição, ao funcionamento ou à extinção da entidade, à prestação de contas, a atos de gestão, a descumprimento de finalidade ou a alterações estatutárias não autorizadas administrativamente;

XXI - promover, na forma da lei, a cassação da declaração de utilidade pública de fundações e de entidades de interesse social;

XXII - requerer, na forma da lei, a perda da qualificação das entidades consideradas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs);

XXIII - elaborar o estatuto da fundação, no caso previsto no parágrafo único do art. 65 do Código Civil;

XXIV - promover a regularização da composição dos órgãos de direção da fundação no caso de:

a) descumprimento da forma prevista no estatuto;

b) o número de integrantes do órgão, por abandono ou impedimento, resultar em quantitativo inferior ao mínimo necessário previsto no estatuto para deliberação;

XXV - fornecer, quando satisfeitos os requisitos para tanto, atestado de aprovação dos estatutos e das prestações de contas apresentadas pelas fundações privadas;

XXVI - aprovar ou denegar, fundamentadamente, em procedimento administrativo próprio, o registro ou a averbação de qualquer título, documento ou papel em que houver interesse de fundação e entidades de interesse social;

XXVII - recomendar, quando necessário, aos tabeliães e registradores para que não efetuem, sem a intervenção do Ministério Público, os seguintes atos:

a) lavratura de escritura pública referente a ato de interesse de fundação;

b) registro ou averbação de documento relativo a ato de interesse de fundação;

XXVIII - instaurar procedimento administrativo para sanar as irregularidades resultantes da não participação do Ministério Público nos atos a que refere o inciso XXVII deste artigo;

XXIX - representar à Corregedoria-Geral de Justiça contra os delegados das serventias extrajudiciais ou seus prepostos, no caso de reincidência na prática dos atos mencionados no inciso XXVII deste artigo;

XXX - promover a extinção das fundações instituídas por escritura pública ou testamento, nos casos previstos em lei;

XXXI - examinar requerimento de extinção administrativa e, em caso de aprovação, acompanhar o procedimento de liquidação;

XXXII - promover outras medidas administrativas ou judiciais pertinentes e necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

## CAPÍTULO II – DA INSTITUIÇÃO DE FUNDAÇÃO

### Seção I – Da Análise e da Aprovação dos Atos de Instituição de Fundação de Direito Privado

Art. 6º O interessado na instituição de fundação de direito privado deverá apresentar pedido escrito à Promotoria de Justiça das Fundações e Entidades de Interesse Social da comarca correspondente ao município onde o instituidor pretende instalar a entidade, instruído com os seguintes documentos:

I - estudo de viabilidade econômica e financeira da fundação;



II - projeto de estatuto da fundação ou da escritura pública de instituição, contendo o estatuto ou cópia do testamento, se for o caso;

III - minuta do ato de dotação inicial constituída de bens e/ou direitos livres e desembaraçados, suficientes para o alcance dos fins colimados; e

IV - documentos pessoais comprobatórios da capacidade civil do instituidor e da livre disposição dos bens.

Art. 7º O estudo de viabilidade tem como objetivo a coleta de dados e informações para demonstrar a viabilidade e autossustentação fundacional no plano jurídico e econômico, partindo-se da premissa de que o patrimônio mínimo para instituição de uma fundação há de ser analisado em consonância com:

I - seus objetivos;

II - sua estrutura mínima, a título de recursos materiais e humanos para o início das atividades;

III - o potencial de desenvolvimento autossustentável das atividades a que se propõe;

IV - sua estratégia e potencial de captação externa de recursos; e

V - seu cronograma para implementação efetiva e definitiva de todas as finalidades previstas em seu estatuto.

Art. 8º O estudo de viabilidade conterá:

I - exposição de motivos, contendo a justificativa e a necessidade da instituição da fundação, bem como sua atuação pretendida;

II - descrição pormenorizada dos objetivos da fundação, contendo informações sobre as atividades a serem desenvolvidas para alcançar cada um deles;

III - descrição detalhada da dotação inicial, das formas de acréscimo do patrimônio, das fontes de renda e receitas, bem como a comprovação de serem suficientes à instituição da fundação, ao início de suas atividades mínimas e ao total implemento de suas atividades, em momento posterior, no sentido de cumprir todos os objetivos elencados em seu estatuto;

IV - dados técnico-administrativos, contendo a descrição detalhada e a qualificação da estrutura física mínima necessária para abrigar a fundação, abrangendo todos os bens móveis e imóveis, e dos recursos humanos necessários, abrangendo número de cargos e salários, referentes tanto ao início do desenvolvimento das atividades quanto ao momento em que a fundação estiver em plena capacidade;

V - dados econômicos, com descrição detalhada:

a) dos valores unitários de cada um dos componentes mencionados no inciso IV deste artigo;

b) dos recursos necessários para o início das atividades;

c) da estimativa dos recursos necessários para o custeio mensal das atividades da fundação em seu início e quando no cumprimento de todos os seus objetivos;

d) dos recursos disponíveis no momento de instituição da fundação;

e) dos recursos a serem obtidos logo após a instituição da fundação;

f) das formas de obtenção regular de recursos financeiros;

g) das atividades e dos recursos a serem gerados como forma de autossustentação da fundação;

h) das ações estratégicas a serem implementadas, a curto e médio prazo, visando ao desenvolvimento inicial e posterior das atividades-meio e atividades-fim da fundação;

VI - outros esclarecimentos relevantes a critério dos instituidores.

Art. 9º Na análise do estudo de viabilidade, no que tange à dotação inicial, a Promotoria de Justiça das Fundações levará em consideração os seguintes critérios:

I - a dotação inicial será considerada suficiente quando corresponder, pelo menos, a montante equivalente ao custeio da fundação nos primeiros 12 (doze) meses de seu funcionamento, considerando os fins para os quais será instituída, devendo a disponibilidade do respectivo patrimônio ser comprovada no prazo de 60 (sessenta) dias após a sua instituição, mediante comprovante de depósito bancário do numerário indicado ou avaliação dos bens do acervo patrimonial;

II - verificando que a dotação de bens é insuficiente ao fim a que se destina a fundação, o Promotor de Justiça atuante na área notificará o instituidor, em decisão fundamentada com fixação de prazo para complementar a dotação, fazendo prova efetiva da medida adotada;

III - quando a dotação inicial se mostrar suficiente para o início das atividades fundacionais e o instituidor comprovar que haverá acréscimo patrimonial para garantir a manutenção das atividades previstas para o primeiro ano de funcionamento, com indicação das fontes, a complementação da dotação poderá ser dispensada;

IV - quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão incorporados a outra fundação que se destine a finalidade semelhante, se de outro modo não dispuser o instituidor.



Art. 10. Uma vez protocolado e autuado, o prazo para apreciação do requerimento de instituição é de 30 (trinta) dias, observando-se a ordem de protocolo, podendo a Promotoria de Justiça com atribuição para o velamento das fundações adotar uma das seguintes medidas:

I - aprovar o ato de instituição, desde que atendidos todos os requisitos previstos nesta Resolução, emitindo o respectivo termo de aprovação, com prazo de validade de 30 (trinta) dias;

II - não aprovar o ato de instituição, emitindo parecer fundamentado;

III - promover as diligências necessárias ou requisitar documentos e informações complementares;

IV - indicar modificações necessárias no projeto de estatuto ou complementação da dotação inicial, estabelecendo prazo para cumprimento; e

V - recomendar ao interessado as alterações que entender necessárias acerca da dotação patrimonial ou das disposições estatutárias.

§ 1º Deferido ou não o procedimento de instituição de fundação, antes de proceder ao arquivamento do respectivo procedimento administrativo, a Promotoria de Justiça deverá comunicar o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social, das Fundações e Eleitorais e a Corregedoria-Geral do Ministério Público, mediante geração de relatórios a partir da base de dados do SAJMP, nos termos do inciso IX do art. 57 da Resolução nº 14/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017.

§ 2º Os prazos a que se refere este artigo poderão ser dilatados fundamentadamente.

Art. 11. Antes de aprovar a instituição da fundação, caberá ao órgão do Ministério Público com atribuição para o velamento das fundações na comarca formular consulta ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social, das Fundações e Eleitorais, que informará a existência ou não de pedido anteriormente feito nesse sentido e se a pretensão foi aprovada ou denegada, bem como, nesta última hipótese, o motivo da denegação.

Art. 12. Satisfeitas as recomendações do Ministério Público ou não havendo recomendações a serem feitas, o interessado será orientado a proceder à lavratura da escritura pública de instituição da fundação, na forma da lei.

## Seção II – Da Instituição

Art. 13. Os atos de instituição e dotação da fundação deverão caracterizar-se sempre como atos de liberalidade e serão formalizados por meio de escritura pública ou testamento.

Art. 14. Aprovado o ato de instituição da fundação, o Promotor de Justiça expedirá “Termo de Aprovação e Autorização para Registro”, que ficará anotado no sistema informatizado do Ministério Público.

Art. 15. Expedido o “Termo de Aprovação e Autorização para Registro” ou de posse da decisão judicial transitada em julgado, o interessado deverá providenciar a lavratura da escritura pública ou de ato de testamento de instituição da fundação no Tabelionato de Notas, nos termos do art. 596 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da aprovação, os quais deverão estar acompanhados do referido termo e dos seguintes dados:

I - nome e qualificação completa do(s) instituidor(es), pessoa(s) física(s) ou jurídica(s);

II - denominação e sede da entidade;

III - finalidade, que será lícita, possível e não lucrativa;

IV - transcrição do estatuto da entidade aprovado e rubricado pelo Promotor de Justiça das Fundações;

V - descrição dos bens que compõem a dotação inicial;

VI - destino do patrimônio em caso de extinção;

VII - forma de administração da fundação, facultada a indicação dos integrantes do primeiro mandato dos órgãos;

e

VIII - anuência do Ministério Público, comprovada mediante apresentação de “Termo de Aprovação e Autorização para Registro” emitido pela Promotoria das Fundações e Entidades de Interesse Social.

Parágrafo único. Lavrada a escritura pública, os instituidores deverão, no prazo de 10 (dez) dias, encaminhá-la à Promotoria de Justiça das Fundações, solicitando anuência para posterior registro junto ao Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Art. 16. Após anuência do Ministério Público, os atos constitutivos da fundação deverão ser registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da comarca de sua sede, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da lavratura da escritura pública que a instituiu.





Art. 17. Inscritos no Registro Civil de Pessoas Jurídicas os atos constitutivos da fundação, os bens que compõem a dotação deverão ser imediatamente transferidos para a sua propriedade, com a transcrição nos respectivos registros.

§ 1º Se a dotação envolver quantia em dinheiro e/ou títulos ao portador, estes deverão ser depositados ou custodiados em instituições financeiras habilitadas, com o encaminhamento do respectivo comprovante à Promotoria de Justiça das Fundações.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos acréscimos patrimoniais posteriores.

§ 3º Efetivado o registro no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no prazo de 30 (trinta) dias, o instituidor deverá comprovar documentalmente à Promotoria de Justiça das Fundações da respectiva comarca:

I - que a escritura lavrada foi devidamente registrada junto ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

II - que a fundação foi devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) junto à Receita Federal do Brasil;

III - que os bens que compõem a dotação foram efetivamente transferidos para a propriedade da fundação.

§ 4º Cumpre a cada fundação ter devidamente escrituradas, bem como registradas no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, as atas de reuniões de cada um de seus órgãos, subscritas pelos respectivos participantes, quando forem tratados temas como mudança de endereço, alteração estatutária, eleição, posse e destituição de membros, criação de subsedes ou escritórios de representação, contratos ou convênios, aprovação de contas, extinção, aquisição ou alienação patrimonial e congêneres, reputados pela entidade como de maior importância.

§ 5º As fundações deverão encaminhar ao órgão do Ministério Público com atribuição para o velamento das fundações na comarca cópia de seus regulamentos básicos, regimentos internos e outros atos normativos e gerais, imediatamente após sua edição.

### Seção III – Da Abertura de Filial

Art. 18. O pedido de abertura de filial deve ser formulado mediante requerimento escrito à Promotoria de Justiça das Fundações da comarca onde se pretende instalar a filial da fundação, devendo a solicitação vir acompanhada dos seguintes documentos:

I - 1 (uma) cópia da ata que deliberou pela criação da representação;

II - 1 (uma) cópia da escritura pública de constituição e da última versão do estatuto da fundação;

III - 1 (uma) cópia da ata de eleição da atual diretoria e indicação do endereço da sede e das demais unidades, se houver;

IV - atestado de regularidade das contas do exercício anterior, emitido pelo órgão do Ministério Público com atribuição no local em que está sediada a fundação, ou, caso ainda aquelas não tenham sido analisadas, certidão de que a fundação tem prestado contas e exercido suas atividades regularmente.

Parágrafo único. A abertura de filial é obrigatória quando a fundação privada realizar atividades de caráter permanente em comarca diversa de onde localizada a sua sede.

Art. 19. Com base na documentação referida no art. 18 desta Resolução, o Promotor de Justiça da respectiva comarca instaurará procedimento administrativo para apreciar o pedido de abertura de filial de fundação, que deverá observar os mesmos prazos e procedimentos previstos para a instituição da fundação originária.

### CAPÍTULO III – DO ESTATUTO E DE SUAS ALTERAÇÕES

Art. 20. O estatuto da fundação deverá conter os seguintes dados:

I - denominação, sede e prazo de duração da entidade;

II - área territorial de atuação;

III - finalidades;

IV - indicação do patrimônio da instituição e previsão do sistema de acréscimo, com designação das respectivas fontes;

V - organização administrativa com a composição e atribuição de cada órgão e seus respectivos membros, devendo possuir, no mínimo, um órgão para exercer a função executiva, outro para a função deliberativa e outro para a função fiscal;

VI - processo de escolha dos titulares e suplentes das várias funções, duração dos respectivos mandatos e quórum para deliberações;

VII - indicação da periodicidade e forma de convocação das reuniões do conselho deliberativo ou curador, bem como previsão de reuniões ordinárias e as condições para convocação de reuniões extraordinárias;

VIII - indicação do órgão competente para representar a fundação;



IX - normas básicas do regime financeiro e contábil, incluindo-se o exercício financeiro, bem como da fiscalização interna e da auditoria externa da execução financeira;

X - procedimento de alteração estatutária, respeitando o disposto nos arts. 67 e 68 do Código Civil;

XI - procedimento de extinção da fundação e destino do seu patrimônio remanescente;

XII - necessidade de autorização da Promotoria de Justiça das Fundações para alienação, permuta ou oneração de bens, móveis ou imóveis, do patrimônio da fundação.

Art. 21. As fundações deverão ter finalidade lícita, possível, de interesse coletivo e não visar lucros, respeitando o disposto no parágrafo único do art. 62 do Código Civil.

§ 1º Para os efeitos desta Resolução, considera-se sem fins lucrativos a entidade que não distribui entre os seus conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social, conforme previsão contida no § 1º do art. 1º da Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999.

§ 2º A regra constante do § 1º deste artigo não elide a possibilidade de prestação de serviços remunerados pela fundação, desde que tendentes a ensinar a consecução dos fins da entidade sem descaracterizá-la.

§ 3º Os integrantes dos órgãos deliberativo, executivo e de fiscalização das fundações, e as empresas ou entidades das quais sejam aqueles ou seus parentes até o terceiro grau diretores, gerentes, sócios ou acionistas não poderão efetuar com ditas fundações negócios de qualquer natureza, direta ou indiretamente, salvo em favor destas, a título gratuito.

Art. 22. A alteração do estatuto da fundação, que não poderá contrariar os seus fins, depende da deliberação do órgão competente definido no estatuto, observado o quórum qualificado previsto no art. 67 do Código Civil, e só terá validade após a aprovação da Promotoria de Justiça das Fundações da comarca e posterior averbação no registro próprio.

Parágrafo único. Quando a reforma estatutária não houver sido deliberada por votação unânime, os administradores, ao submeterem o estatuto ao órgão do Ministério Público, pedirão que se dê ciência à maioria vencida para impugná-la no prazo de 10 (dez) dias, indicando os nomes dos vencidos e seus respectivos endereços, nos termos do art. 68 do Código Civil.

Art. 23. O pedido de autorização para alteração estatutária deverá ser encaminhado à Promotoria de Justiça das Fundações, acompanhado dos seguintes documentos:

I - 2 (duas) vias do projeto de alteração do estatuto, devidamente assinadas por todos a quem o estatuto atribui a competência para alteração estatutária;

II - 1 (uma) cópia do estatuto vigente;

III - quadro comparativo entre o original e o estatuto proposto; e

IV - 1 (uma) cópia do inteiro teor da ata de reunião que aprovou a alteração estatutária, com os nomes e as assinaturas de todos os presentes.

Art. 24. Recebido o expediente, a Promotoria de Justiça das Fundações instaurará procedimento administrativo e apreciará a alteração estatutária no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, podendo adotar uma das seguintes medidas:

I - aprovar a alteração do estatuto, desde que atendidos os requisitos previstos nesta Resolução, emitindo o respectivo termo de aprovação, com prazo de validade de 30 (trinta) dias;

II - não aprovar a alteração do estatuto, emitindo parecer fundamentado;

III - promover as diligências necessárias ou requisitar documentos e informações complementares;

IV - recomendar ao interessado as alterações que entender necessárias acerca das disposições estatutárias, estabelecendo prazo para cumprimento.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser dilatados fundamentadamente.

Art. 25. Aprovada a alteração estatutária, no prazo de 30 (trinta) dias, a fundação deverá encaminhar ulteriormente à Promotoria de Justiça das Fundações da respectiva comarca onde possui sede e subsede cópia do estatuto devidamente registrado no Cartório de Registro Civil.

Parágrafo único. Igualmente se obriga ao disposto neste artigo a fundação que obtiver em juízo autorização para alteração estatutária, caso esta tenha sido denegada pela Promotoria de Justiça das Fundações.

#### CAPÍTULO IV – DA PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DAS FUNDAÇÕES PRIVADAS E DA TOMADA DE CONTAS DAS ENTIDADES DE INTERESSES SOCIAL





## Seção I – Da Prestação Anual de Contas das Fundações Privadas

Art. 26. As fundações privadas com sede no Estado de Mato Grosso do Sul e as filiais de fundação cuja matriz seja sediada em outro estado terão até 30 de junho do ano subsequente ao exercício financeiro para apresentar a prestação de contas à Promotoria de Justiça das Fundações das comarcas onde exercerem suas atividades.

Parágrafo único. A fundação com sede ou subsele no Estado de Mato Grosso do Sul deverá apresentar a prestação de contas em todas as comarcas em que desenvolver suas atividades.

Art. 27. As prestações de contas das fundações privadas serão feitas ao Ministério Público, obrigatoriamente, por meio do Sistema Informatizado para Prestações de Contas das Fundações e Entidades de Interesse Social.

§ 1º Havendo inviabilidade ou impossibilidade técnica de envio da prestação de contas por intermédio do sistema de que trata o *caput*, ou dúvidas quanto aos procedimentos operacionais da prestação de contas, a entidade deverá consultar as orientações contidas no Manual Básico de Operação do Sistema Informatizado para Prestações de Contas das Fundações e Entidades de Interesse Social no Estado de Mato Grosso do Sul.

§ 2º A Promotoria de Justiça das Fundações poderá requisitar das entidades prestações de contas específicas, relativas a determinados fatos ou períodos, sempre que julgar necessário, seja pela via judicial ou extrajudicial.

Art. 28. Não apresentada a prestação de contas no prazo regulamentar, a Promotoria de Justiça com atribuição quanto ao velamento das fundações notificará a fundação inadimplente para que o faça no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Desatendida a determinação, caberá ao Promotor de Justiça da respectiva comarca requerer, extrajudicial e/ou judicialmente, a prestação de contas, independentemente de responsabilização dos administradores.

Art. 29. O Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social, das Fundações e Eleitorais poderá consultar o andamento dos procedimentos de fiscalização conforme instrução do Manual Básico do Sistema Informatizado para Prestações de Contas das Fundações e Entidades de Interesse Social.

Art. 30. Os Promotores de Justiça receberão o relatório de análise técnica por meio do Sistema Informatizado para Prestações de Contas das Fundações e Entidades de Interesse Social.

Art. 31. Após o recebimento do relatório técnico, os Promotores de Justiça apreciarão a prestação de contas, adotando uma das seguintes medidas:

I - emissão do atestado de regularidade na forma padrão, caso haja a aprovação das contas;

II - pedido de complementação de documentos ou informações, a serem providenciados no prazo de 20 (vinte) dias; ou

III - não aprovação, ficando a fundação sujeita às sanções previstas em lei, podendo ser ajuizada medida de intervenção ou até mesmo ação de extinção, independentemente da responsabilização dos dirigentes.

Art. 32. O Sistema Informatizado para Prestações de Contas das Fundações e Entidades de Interesse Social selecionará, anualmente, as 4 (quatro) fundações que apresentarem maior movimentação financeira, bem como outras 4 (quatro) fundações aleatoriamente por sorteio, para que sejam submetidas a procedimento especial de fiscalização, mediante elaboração de relatório de análise avançada.

Parágrafo único. As Promotorias de Justiça poderão requerer ao DAEX, mediante solicitação via Portal Expert, que outras fundações, não selecionadas na forma estipulada no *caput*, sejam incluídas no rol de entidades submetidas ao relatório de análise avançada, indicando em seu requerimento as razões que justificam a necessidade de aplicação do procedimento especial de fiscalização.

Art. 33. As fundações submetidas ao procedimento ordinário de fiscalização que tiverem suas contas reprovadas após a elaboração de relatório de análise técnica poderão ser encaminhadas para procedimento especial de fiscalização, a critério da Promotoria de Justiça responsável por sua fiscalização, admitindo-se, em tais casos, a análise retroativa das contas prestadas nos últimos 5 (cinco) anos.

## Seção II - Da Tomada de Contas das Entidades de Interesse Social

Art. 34. Em caso de indícios de irregularidades no âmbito das demais entidades de interesse social que recebam auxílio ou subvenção do Poder Público ou que se mantenham, no todo ou em parte, com contribuições periódicas de



populares, a Promotoria de Justiça das Fundações e Entidades de Interesse Social poderá proceder à tomada de contas dessas entidades.

§ 1º A tomada de contas será feita por meio do Sistema Informatizado de Prestações de Contas das Fundações e Entidades de Interesse Social, observando as orientações de uso consignadas no Manual Básico de Operação do Sistema Informatizado para Prestações de Contas das Fundações e Entidades de Interesse Social.

§ 2º Para o acompanhamento da fiscalização da tomada de contas das entidades de interesse social será instaurado procedimento administrativo próprio.

## CAPÍTULO V – DA EXTINÇÃO DAS FUNDAÇÕES E DA DISSOLUÇÃO DAS ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL

### Seção I - Da Extinção das Fundações

Art. 35. As fundações poderão ser extintas, pelas vias administrativa ou judicial, quando:

- I - seu objeto se tornar ilícito ou impossível;
- II - sua manutenção for inútil ou impossível;
- III - vencer o prazo de sua existência ou houver implemento de condição resolutiva;
- IV - se mantiverem inativas ou deixarem de cumprir as finalidades estatutárias.

Art. 36. A extinção administrativa de fundação se dará mediante instauração de procedimento administrativo e deverá observar as seguintes formalidades:

- I - deliberação pelo órgão indicado no estatuto da fundação, observado o respectivo quórum;
- II - registro da ata no cartório competente, constando o destino do patrimônio;
- III - aprovação do ato de extinção pela Promotoria de Justiça das Fundações da comarca da entidade, mediante “Termo de Autorização de Extinção de Fundação”;
- IV - lavratura da escrita pública de extinção no Tabelionato de Notas, no qual deverá constar expressamente o destino do respectivo patrimônio;
- V - averbação da escritura pública de extinção no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas no qual a entidade se encontre registrada, para fins de cancelamentos definitivo do registro;
- VI - comunicação da extinção à Receita Federal do Brasil para fins de exclusão do CNPJ.

Parágrafo único. A Promotoria de Justiça das Fundações deverá exigir da entidade que apresente certidões negativas de débitos trabalhistas, previdenciários e fiscais como condição prévia à análise do ato de extinção.

Art. 37. A extinção administrativa por iniciativa do Promotor de Justiça deve ser precedida de procedimento administrativo para a constatação da ocorrência de uma das hipóteses previstas nos incisos I a IV do art. 35, observando-se o contraditório e a ampla defesa e, no que couber, as providências previstas no art. 36 desta Resolução.

Art. 38. A extinção judicial, quando presente uma das situações previstas no art. 35 desta Resolução, será promovida pelo Ministério Público, pelos dirigentes da fundação ou por qualquer interessado.

Parágrafo único. Não sendo o Ministério Público autor da ação, este funcionará como fiscal da ordem jurídica.

Art. 39. Em caso de extinção, a Promotoria de Justiça das Fundações da sede da entidade fiscalizará o correto cancelamento dos registros no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas e no CNPJ, bem como a correta destinação do patrimônio remanescente a quem de direito.

### Seção II - Da Dissolução das Demais Entidades de Interesse Social

Art. 40. O Ministério Público promoverá ação judicial de dissolução das demais entidades de interesse social que recebam auxílio ou subvenção do Poder Público ou que se mantenham, no todo ou em parte, com contribuições periódicas de populares, quando:

- I - deixarem de desempenhar efetivamente as atividades assistenciais a que se destinam;
- II - aplicarem as importâncias representadas pelos auxílios, subvenções ou contribuições populares em fins diversos dos previstos nos seus atos constitutivos ou nos estatutos sociais;
- III - ficarem sem efetiva administração, por abandono ou omissão continuada dos seus órgãos diretores.

## CAPÍTULO VI - DA AUDITORIA



Art. 41. Entende-se por auditoria o exame realizado pelos servidores do DAEX relativamente às atividades contábeis e financeiras das fundações e entidades de interesse social, com o objetivo de avaliar a correta aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs), bem como verificar se as receitas provenientes de recursos públicos e doações estão empregadas para a consecução de seus fins institucionais.

§ 1º A Procuradoria-Geral de Justiça, por meio de termo de cooperação firmado com o Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso do Sul (CRC/MS), poderá disponibilizar pelo menos 2 (dois) contadores para realizar o procedimento especial de fiscalização, referido no art. 32 desta Resolução, podendo, eventualmente, o Promotor de Justiça local designar um servidor da Promotoria de Justiça para acompanhar os trabalhos.

§ 2º A realização da auditoria, com o procedimento especial de fiscalização, não exime o membro do Ministério Público com atribuição na área respectiva do dever de realizar inspeção na mesma fundação, quando se mostrar pertinente ou necessário.

Art. 42. O Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social, das Fundações e Eleitorais disponibilizará no sítio eletrônico do Ministério Público de Mato Grosso do Sul os formulários de inspeção de que trata esta Resolução.

## CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 43. As rotinas e diretrizes de operação do Sistema Informatizado para Prestações de Contas das Fundações e Entidades de Interesse Social observarão as regras dispostas nesta resolução, bem como as orientações de uso consignadas no Manual Básico de Operação do Sistema Informatizado para Prestações de Contas das Fundações e Entidades de Interesse Social no Estado de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. O Manual Básico de Operação do Sistema Informatizado para Prestações de Contas das Fundações e Entidades de Interesse Social será atualizado, quando necessário, pelo Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Social, das Fundações e Eleitorais, após oitiva do DAEX, e observadas as normas gerais fixadas na presente Resolução e a legislação pertinente.

Art. 44. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução nº 46/2020-PGJ, de 3 de dezembro de 2020.

Campo Grande, 23 de março de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

## PORTARIA Nº 1327/2023-PGJ, DE 20.3.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça de São Gabriel do Oeste, Daniel Higa de Oliveira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Água Clara no dia 16.3.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1328/2023-PGJ, DE 20.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Amambai, Nara Mendes dos Santos Fernandes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Água Clara no dia 20.3.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1329/2023-PGJ, DE 20.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça de Glória de Dourados, Gilberto Carlos Altheman Júnior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Água Clara no dia 21.3.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1331/2023-PGJ, DE 20.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar o Promotor de Justiça Romão Avila Milhan Junior, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo, para integrar o Comitê Estadual de Precatórios do Estado de Mato Grosso do Sul.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1325/2023-PGJ, DE 20.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 311/2023-PGJ, de 23.1.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1334/2023-PGJ, DE 20.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar 1 (um) dia de férias compensatórias no dia 20.3.2023, referente ao feriado forense de 20.12.2020 a 6.1.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1332/2023-PGJ, DE 20.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães 5 (cinco) dias de compensação no período de 24 a 28.4.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no dia 3.8.2021 e no período de 4 a 7.9.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1335/2023-PGJ, DE 21.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 30º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fabio Ianni Goldfinger, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial da comarca de Ribas do Rio Pardo no dia 20.3.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça George Zarour Cezar.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1336/2023-PGJ, DE 21.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 32ª Zona Eleitoral no dia 20.3.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça George Zarour Cezar.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1337/2023-PGJ, DE 21.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 30º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fabio Ianni Goldfinger, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a 1ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã no dia 20.3.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça George Zarour Cezar.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA Nº 1338/2023-PGJ, DE 21.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça de Nova Andradina, Paulo Henrique Mendonça de Freitas, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 27.3 a 5.4.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Paulo Leonardo de Faria.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1339/2023-PGJ, DE 21.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça de Nova Andradina, Paulo Henrique Mendonça de Freitas, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão das Promotorias de Justiça da referida Comarca no período de 27.3 a 5.4.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Paulo Leonardo de Faria.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1340/2023-PGJ, DE 21.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça de Deodápolis, Anthony Allison Brandão Santos, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Glória de Dourados nos dias 30 e 31.3.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1341/2023-PGJ, DE 21.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 2º Promotor de Justiça de Fátima do Sul, Rodrigo Cintra Franco, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Adjunto da referida Comarca nos dias 30 e 31.3.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1342/2023-PGJ, DE 21.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 3º Promotor de Justiça de Paranaíba, Leonardo Dumont Palmerston, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara da comarca de Cassilândia no dia 14.3.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1343/2023-PGJ, DE 21.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça de Ponta Porã, Gabriel da Costa Rodrigues Alves, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara da comarca de Cassilândia no dia 16.3.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1252/2023-PGJ, DE 15.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe 5 (cinco) dias de compensação no período de 10 a 14.4.2023, pelo exercício da atividade ministerial, em regime de mutirão, realizada nos dias 4 e 22.10 e 8.11.2021 e 17.2 e 1º.6.2022, nos termos do artigo 2º, § 2º, da Resolução nº 23/2021-PGJ, de 23.6.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1344/2023-PGJ, DE 21.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça de Deodápolis, Anthony Allison Brandão Santos, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara da comarca de Bonito no dia 23.3.2023; e tornar sem efeito a Portaria nº 1148/2023-PGJ, de 10.3.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1326/2023-PGJ, DE 20.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Douglas Silva Teixeira 5 (cinco) dias de compensação no período de 24 a 28.4.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 20 a 28.12.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1304/2023-PGJ, DE 20.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes 3 (três) dias de compensação no período de 5 a 7.6.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 17 e 18.4 e 7.8.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1315/2023-PGJ, DE 20.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça de Ponta Porã, Gabriel da Costa Rodrigues Alves, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Vara da comarca de Jardim no dia 14.3.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1297/2023-PGJ, DE 17.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 836/2023-PGJ, de 27.2.2023, com redação dada pela Portaria nº 1069/2023-PGJ, de 7.3.2023, que estabeleceu a escala de plantão dos Promotores de Justiça referente ao mês de março de 2023, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA</b>			
18 e 19.3.2023	PJ de Anaurilândia	Edival Goulart Quirino	99678-8813
25 e 26.3.2023	1ª PJ de Nova Andradina	Paulo Henrique Mendonça de Freitas	99312-3974
<b>REGIÃO 10 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA</b>			
11 e 12.3.2023	3ª PJ de Paranaíba	Leonardo Dumont Palmerston	98478-2050

- passe a constar:



PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA</b>			
18 e 19.3.2023	2ª PJ de Nova Andradina	Paulo Leonardo de Faria	98478-2048
25 e 26.3.2023	PJ de Anaurilândia	Edival Goulart Quirino	99678-8813
<b>REGIÃO 10 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA</b>			
11 e 12.3.2023	1ª PJ de Cassilândia	Leonardo Dumont Palmerston	98478-2050

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

#### **PORTARIA Nº 1294/2023-PGJ, DE 17.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referente ao quinquênio compreendido nos períodos de 4.1.2013 a 10.7.2014 e 11.7.2019 a 4.1.2023, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00002651-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

#### **PORTARIA Nº 1293/2023-PGJ, DE 17.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Procurador de Justiça Luis Alberto Safrainer abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, a partir de 26.4.2022, até completar as exigências para aposentadoria compulsória, nos termos do artigo 11 da Lei Complementar nº 274, de 21 de maio de 2020, e do artigo 31-B, § 20, da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, observados os critérios da legislação atualmente vigente (PGA nº 09.2023.00002039-3).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

#### **PORTARIA Nº 1292/2023-PGJ, DE 15.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Viviane Zuffo Vargas Amaro 1 (um) dia de compensação no dia 6.3.2023, por ter coadjuvado a 7ª Zona Eleitoral nas eleições de 2022 no dia 2.10.2022, nos termos do artigo 98 da Lei Federal nº 9.504, de 30.9.1997.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1295/2023-PGJ, DE 17.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar o Promotor de Justiça de Brasilândia, Adriano Barrozo da Silva, a residir na comarca de Três Lagoas, nos termos do artigo 2º, §§ 3º, inciso III, e 4º, da Resolução Conjunta nº 1/2021-PGJ/CGMP, de 1º de fevereiro de 2021, e do artigo 129, § 2º, da Constituição Federal (PGA nº 09.2023.00002212-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1314/2023-PGJ, DE 20.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 56ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Aline Mendes Franco, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 7ª Vara Criminal de Competência Especial da referida Comarca no dia 14.3.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1305/2023-PGJ, DE 20.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Andréa de Souza Resende 2 (dois) dias de férias compensatórias nos dias 23 e 24.2.2023, referentes ao feriado forense de 20.12.2013 a 6.1.2014, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1306/2023-PGJ, DE 20.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Andréa de Souza Resende 2 (dois) dias de compensação nos dias 27 e 28.2.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 15.9 e 5.10.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA N° 1323/2023-PGJ, DE 20.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Convocar os membros abaixo relacionados para participarem do curso de Técnicas de Entrevista e Interrogatório, nos dias 23 e 24.3.2023, no prédio-sede da Escola Superior do Ministério Público, desde que não haja qualquer prejuízo à continuidade dos trabalhos afetos às respectivas unidades de serviço.

- Aline Mendes Franco
- Allan Thiago Barbosa Arakaki
- Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro
- Antenor Ferreira de Rezende Neto
- Ariadne de Fátima Cantú da Silva
- Bianka Machado Arruda Mendes
- Daniel Higa de Oliveira
- Élcio Félix D'Angelo
- Fernando Jamusse
- Henrique Franco Cândia
- Jean Carlos Piloneto
- Juliana Martins Zaupa
- Luciana do Amaral Rabelo
- Luciana Moreira Schenk
- Luciano Anechini Lara Leite
- Ludmila de Paula Castro Silva
- Matheus Carim Bucker
- Michel Maesano Mancuelho
- Moisés Casarotto
- Paulo Leonardo de Faria
- Radamés de Almeida Domingos
- Ricardo Benito Crepaldi
- Romão Avila Milhan Junior
- Sergio Fernando Raimundo Harfouche
- Thalys Franklyn de Souza
- Victor Leonardo de Miranda Taveira

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1307/2023-PGJ, DE 20.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada 1 (um) dia de compensação no dia 29.3.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 11 a 14.6.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1303/2023-PGJ, DE 17.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 838/2023-PGJ, de 27.2.2023, com redação dada pela Portaria nº 1204/2023-PGJ, de 14.3.2023, que estabeleceu a escala de plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas referente ao mês de março de 2023, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO (99312-5218)
15 (19h01min) a 22.3.2023 (11h59min)	7ª	Eteocles Brito Mendonça Dias Junior	98221-2345

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO (99312-5218)
15 (19h01min) a 22.3.2023 (11h59min)	4ª	Fernando Marcelo Peixoto Lanza	98147-1152

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1324/2023-PGJ, DE 20.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, *ad referendum* do egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

**R E S O L V E :**

Conceder, em caráter liminar, à 2ª Promotora de Justiça de Chapadão do Sul, Fernanda Proença de Azambuja, licença parcial para, sem prejuízo de suas funções, frequentar curso de pós-graduação *stricto sensu*, programa de Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), autorizando-a, no período de 16.3 a 16.7.2023, a se ausentar, quinzenalmente, da Promotoria de Justiça às quintas-feiras, nos termos do artigo 158 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e da Resolução nº 1/2016-CSMP, de 20.9.2016 (PGA nº 09.2022.00002475-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1321/2023-PGJ, DE 20.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 2º Promotor de Justiça de Bonito, Alexandre Estuqui Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Bela Vista, no julgamento dos Autos nº 00000133-62.2019.8.12.0003, no dia 23.3.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1319/2023-PGJ, DE 20.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 5º Promotor de Justiça de Ponta Porã, Magno Oliveira João, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 23 a 28.2.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Andréa de Souza Resende.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1320/2023-PGJ, DE 20.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 4ª Promotora de Justiça de Naviraí, Juliana Martins Zaupa, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no dia 29.3.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1318/2023-PGJ, DE 20.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 16º Promotor de Justiça de Dourados, Ricardo Rotunno, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara da comarca de Costa Rica no dia 17.3.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1317/2023-PGJ, DE 20.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 3ª Promotora de Justiça de Ponta Porã, Gisleine Dal Bó, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Angélica no dia 23.3.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1316/2023-PGJ, DE 20.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 66º Promotor de Justiça de Campo Grande, Estéfano Rocha Rodrigues da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara da comarca de Maracaju no período de 21 a 23.3.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1313/2023-PGJ, DE 20.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça de Jardim, Allan Carlos Cobacho do Prado, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos Autos nº 0800926-30.2022.8.12.0013.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1312/2023-PGJ, DE 20.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 2ª Promotora de Justiça de Corumbá, Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos Autos nº 0802974-45.2020.8.12.0008.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-292/2023-PGJ, DE 23.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Paulo Leonardo de Faria, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2018/2019	5	27 a 31.3.2023	GOZO	NÃO
2018/2019	5	12 a 16.6.2023	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1366/2023-PGJ, DE 22.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Procurador de Justiça aposentado Luiz Carlos Barros Arruda a isenção do desconto do Imposto de Renda Retido na Fonte, a contar do mês de outubro de 2022, nos termos do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988 (Processo PGJ/10/2271/2021).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1367/2023-PGJ, DE 22.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à pensionista Nalda Ferreira Gonçalves a isenção do desconto do Imposto de Renda Retido na Fonte, a contar do mês de agosto de 2022, nos termos do inciso XIV do artigo 6º da Lei Federal nº 7.713, de 22.12.1988 (PGA nº 09.2023.00000266-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1355/2023-PGJ, DE 22.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior 9 (nove) dias de férias compensatórias nos períodos de 3 a 5.4 e 11 a 14.4.2023 e nos dias 18 e 19.4.2023, referentes aos feriados forenses de 20.12.2016 a 6.1.2017 e 20.12.2017 a 6.1.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1353/2023-PGJ, DE 22.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos 1 (um) dia de compensação no dia 27.3.2023, por ter coadjuvado a 8ª Zona Eleitoral nas eleições de 2018 no dia 28.10.2018, nos termos do artigo 98 da Lei Federal nº 9.504, de 30.9.1997.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1360/2023-PGJ, DE 22.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 1247/2023-PGJ, de 15.3.2023, que designou o Promotor de Justiça de Porto Murtinho, Jean Carlos Piloneto, para atuar nas audiências da Vara Criminal da comarca de Nova Andradina no dia 30.3.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA Nº 1352/2023-PGJ, DE 22.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos 1 (um) dia de férias compensatórias no dia 24.3.2023, referente ao feriado forense de 20.12.2020 a 6.1.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1359/2023-PGJ, DE 22.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Marcos Roberto Dietz 1 (um) dia de compensação no dia 13.3.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 6 a 12.11.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1358/2023-PGJ, DE 22.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior 2 (dois) dias de férias compensatórias nos dias 30 e 31.3.2023, referentes aos feriados forenses de 20.12.2018 a 6.1.2019 e 20.12.2021 a 6.1.2022, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1354/2023-PGJ, DE 22.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Cristina Beraldo de Andrade 3 (três) dias de compensação no período de 10 a 12.5.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 23 a 30.7.2018 e 18 a 25.2.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1350/2023-PGJ, DE 21.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Revogar a Portaria nº 3051/2021-PGJ, de 16.8.2021, que autorizou o Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes a residir na comarca de Mundo Novo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1364/2023-PGJ, DE 22.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 5ª Promotora de Justiça de Três Lagoas, Daniela Araujo Lima da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Terenos no dia 21.3.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1351/2023-PGJ, DE 22.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 8º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Moisés Casarotto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências do Juizado Especial Adjunto Criminal da comarca de Coxim no dia 22.3.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1348/2023-PGJ, DE 21.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 3º Promotor de Justiça de Corumbá, Rodrigo Correa Amaro, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais da referida Comarca no período de 27 a 31.3.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1349/2023-PGJ, DE 21.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Viviane Zuffo Vargas Amaro, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 7ª Zona Eleitoral no período de 22 a 24.3.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Rodrigo Correa Amaro.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1365/2023-PGJ, DE 22.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Incluir na Portaria nº 1249/2023-PGJ, de 15.3.2023, que convocou membros para participarem da “21ª edição do Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente”, o Promotor de Justiça Romão Avila Milhan Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1362/2023-PGJ, DE 22.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 36/PGJ/2023, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Carolina Pontes Andreussi, Analista/Direito; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos Motta, Diretora da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 3) Fiscal Técnico – Jorge Antonio Arantes Vilela, Chefe da Divisão de Banco de Dados; 3.1) Suplente – Joabe Guimarães Querino Kachorroski, Assessor Técnico em Redes (PGA nº 09.2022.00010922-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1333/2023-PGJ, DE 20.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo Leonardo de Faria 3 (três) dias de compensação no período de 3 a 5.4.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 7 a 9.1.2022 e no dia 15.1.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1372/2023-PGJ, DE 23.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Eteocles Brito Mendonça Dias Junior, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 19.4 a 8.5.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00003059-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1371/2023-PGJ, DE 23.3.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 6123/2022-PGJ, de 6.12.2022, que indeferiu ao Procurador de Justiça Rodrigo Jacobina Stephanini 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, de forma que, onde consta “9.3 a 7.4.2023”, passe a constar “13.3 a 11.4.2023”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR**

**PAUTA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 4 DE ABRIL DE 2023, ÀS 14 HORAS, PRESENCIAL OU POR TELECONFERÊNCIA.**

**6. Expedientes:****6.1. Expedientes encaminhados para ciência:****1. Corregedoria-Geral do Ministério Público:**

- **Ofício nº 0195/2023/CGMP/MS, de 15.3.2023.** O Corregedor-Geral do Ministério Público, Silvio Cesar Maluf, encaminha o Relatório Circunstanciado das Correições Ordinárias, previstas no Aviso nº 05/CGMP/2022, publicado no DOMP nº 2806, de 15 de dezembro de 2022, realizadas nas Promotorias de Justiça das comarcas de Campo Grande, Costa Rica, Paranaíba, Aparecida do Taboado e Inocência, para conhecimento. (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00032436-9*)

**2. Coordenadoria das Procuradorias de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos:**

- **Ofício nº 003/2023/CPJDC, de 13.3.2023.** O Procurador de Justiça e Coordenador das Procuradorias de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos Edgar Roberto Lemos de Miranda, em cumprimento ao disposto no §1º, do art. 8º, da Resolução nº 002/2012 – CPJ, de 03.05.2012, encaminha cópia da Ata nº 001/2023, referente à reunião da Coordenadoria das Procuradorias de Interesses Difusos e Coletivos, realizada em 26 de janeiro de 2023. (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00029196-1*)

**6.2. Expedientes encaminhados para apreciação:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

- **Ofício nº 0074/2023/PJ/NOQ, de 17.2.2023.** (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00019482-8*)

**2. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- **Ofício nº 0096/2023/16PJ/DOS, de 28.2.2023.** (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00022402-8*)
- **Ofício nº 0108/2023/16PJ/DOS, de 3.3.2023.** (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00024662-2*)

**3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:**

- **Ofício nº 0077/2023/02PJ/SDN, de 27.2.2023.** (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00021799-3*)

**7. Ordem do dia:****7.1. Matéria Administrativa:****7.1.1. Julgamento de Processo:**

1. **Reclamação Disciplinar nº 10.2022.00000094-8 – SIGILOSO**

**Relatora: Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**



### **7.1.2. Remoções:**

#### **1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00001934-2**

Expediente: Aviso nº 01/2023/CSMP, 10.2.2023, publicado no DOMPMS nº 2.837, de 13.2.2023.

Assunto: Remoção, pelo critério de antiguidade, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca Batayporã, segunda entrância.

**Inscritos:** Promotores de Justiça Felipe Almeida Marques, Juliana Pellegrino Vieira, Mayara Santos de Sousa, Guilherme Pereira Diniz Penna e Murilo Hamati Gonçalves.

#### **2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00001938-6**

Expediente: Aviso nº 02/2023/CSMP, 10.2.2023, publicado no DOMPMS nº 2.837, de 13.2.2023.

Assunto: Remoção, pelo critério de merecimento, para a 3ª Promotoria de Justiça da comarca Aquidauana, segunda entrância.

**Inscritos:** Promotores de Justiça Luciano Bordignon Conte, Paulo Leonardo de Faria, Cinthia Giselle Gonçalves Latorraca, Fernanda Proença de Azambuja, Talita Zoccolaro Papa Muritiba, João Meneghini Girelli, William Marra Silva Junior, Lenize Martins Lunardi Pedreira, Michel Maesano Mancuelho, Felipe Almeida Marques, Juliana Pellegrino Vieira, Mayara Santos de Sousa, Guilherme Pereira Diniz Penna e Jean Carlos Piloneto.

**Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

#### **3. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00001939-7**

Expediente: Aviso nº 03/2023/CSMP, 10.2.2023, publicado no DOMPMS nº 2.837, de 13.2.2023.

Assunto: Remoção, pelo critério de antiguidade, para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca Costa Rica, segunda entrância.

**Inscritos:** Promotores de Justiça Michel Maesano Mancuelho, Felipe Almeida Marques, Thiago Barile Galvão de França, Mayara Santos de Sousa e Guilherme Pereira Diniz Penna.

#### **4. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00001955-3**

Expediente: Aviso nº 04/2023/CSMP, 10.2.2023, publicado no DOMPMS nº 2.837, de 13.2.2023.

Assunto: Remoção, pelo critério de merecimento, para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca Coxim, segunda entrância.

**Inscritos:** Promotores de Justiça Marcos André Sant'Ana Cardoso, João Meneghini Girelli, William Marra Silva Junior, Lenize Martins Lunardi Pedreira, Michel Maesano Mancuelho, Victor Leonardo de Miranda Taveira, Felipe Almeida Marques, Thiago Barile Galvão de França, Mayara Santos de Sousa e Guilherme Pereira Diniz Penna.

**Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### **5. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00001957-5**

Expediente: Aviso nº 05/2023/CSMP, 10.2.2023, publicado no DOMPMS nº 2.837, de 13.2.2023.

Assunto: Remoção, pelo critério de antiguidade, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca Aparecida do Taboado, segunda entrância.

**Inscritos:** Promotores de Justiça Matheus Macedo Cartapatti e Mayara Santos de Sousa.

#### **6. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00001962-0**

Expediente: Aviso nº 06/2023/CSMP, 10.2.2023, publicado no DOMPMS nº 2.837, de 13.2.2023.

Assunto: Remoção, pelo critério de merecimento, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca Cassilândia, segunda entrância.

**Inscritos:** Promotores de Justiça João Meneghini Girelli e Mayara Santos de Sousa.

**Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

#### **7. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00001965-3**

Expediente: Aviso nº 08/2023/CSMP, 10.2.2023, publicado no DOMPMS nº 2.837, de 13.2.2023.

Assunto: Remoção, pelo critério de merecimento, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca Maracaju, segunda entrância.

**Inscritos:** Promotores de Justiça Daniel Pívaro Stadniky, Luciano Bordignon Conte, Paulo Leonardo de Faria, Cinthia Giselle Gonçalves Latorraca, Fernanda Proença de Azambuja, Talita Zoccolaro Papa Muritiba, João Meneghini Girelli, Thiago Barbosa da Silva, William Marra Silva Júnior, Lenize Martins Lunardi Pedreira, Michel Maesano Mancuelho, Victor Leonardo de Miranda Taveira, Felipe Almeida Marques, Juliana Pellegrino Vieira, André Luiz de Godoy Marques, Mayara Santos de Sousa e Guilherme Pereira Diniz Penna.

**Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**



**8. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00001966-4**

Expediente: Aviso nº 09/2023/CSMP, 10.2.2023, publicado no DOMPMS nº 2.837, de 13.2.2023.

Assunto: Remoção, pelo critério de antiguidade, para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca Maracaju, segunda entrância.

**Inscritos:** Promotores de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina, Daniel Pívaro Stadniky, Luciano Bordignon Conte, Paulo Leonardo de Faria, Cinthia Giselle Gonçalves Latorraca, Fernanda Proença de Azambuja, Talita Zoccolaro Papa Muritiba, João Meneghini Girelli, Thiago Barbosa da Silva, William Marra Silva Júnior, Lenize Martins Lunardi Pedreira, Michel Maesano Mancuelho, Victor Leonardo de Miranda Taveira, Felipe Almeida Marques, Juliana Pellegrino Vieira, André Luiz de Godoy Marques, Mayara Santos de Sousa e Guilherme Pereira Diniz Penna.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE001169 DE 22.03.2023 DO PROCESSO 09.2023.00002411-2**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: 2P Comércio e Serviços em Móveis LTDA.

Licitação: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 182022-1/2022, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 18/2022 do Arsenal de Guerra do Rio – Exército Brasileiro – Ministério da Defesa.

Objeto: Aquisição 30 (trinta) armários de aço 2 (duas) portas e 70 (setenta) estantes de aço desmontável para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 165.512,00 (cento e sessenta e cinco mil quinhentos e doze reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE001169, datada de 22.03.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO**

Processo de Gestão Administrativa nº 09.2022.00011142-1

Notificada: A2GB Comércio e Serviços Ltda

A2GB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 09.397.810/0001-06, sediada na Rua dos Barbosas, nº 1147, Bairro Amambai, CEP: 79.005-430, Campo Grande/MS, representada neste ato por André Luiz Pereira Alves, portador da Cédula de Identidade RG nº 00x.xxx.xx9 e do CPF nº 338.xxx.xxx-53, fica notificado da aplicação da sanção de multa moratória 10% (dez por cento) sobre o valor total dos materiais não entregues e/ou serviços não executados (artigo 86, da Lei Federal nº 8.666/1993, c/c item 9.1.2, da cláusula nona, do Contrato nº 163/PJ/2022). A empresa poderá recorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis (artigo 109, inciso I, alínea “f”, e §§ 1º e 4º, da Lei nº 8.666/93). A empresa deverá adimplir o valor total da multa de R\$580,00 (quinhentos e oitenta reais) no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial, na seguinte conta bancária: (001) Banco do Brasil; Agência 2576-3; Conta Corrente 50.120-4; CNPJ 03.464.870/0001-00 – Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público; preenchendo-se o campo nº 2 de identificação com o CNPJ da empresa e o campo nº 3 com o nome da empresa. Não havendo recurso ou pagamento da multa, será providenciado o desconto dos valores referentes às multas aplicadas dos créditos devidos à contratada (item 9.3, cláusula nona, do instrumento). Havendo interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço nº 01/2022-PGJ, de 21 de fevereiro de 2022, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da Contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-8913, no horário de expediente das 12h às 19h. Nada mais.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 0001/2023/21ªPJ/CGR****Edital de Ciência de Eliminação de Documentos**

A 21ª Promotoria de Justiça de Campo Grande faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP), se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 001/2023, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022. O prazo é de 5 (cinco) dias, contados da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvo as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Campo Grande/MS, 23 de março de 2023.

LUCIANA DO AMARAL RABELO

Promotora de Justiça

Lista de Eliminação de Documentos nº 001/2023

PROVENIÊNCIA – 21ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS	PROCEDÊNCIA – 21ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS		
Órgão / Setor: 21ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS	Órgão / Setor: 21ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
200 – Audiências – Pautas e Cópias de Processos Judiciais	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2020	2022
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: FERNANDO DA COSTA ROCHA Campo Grande/MS, 23 de março de 2023.			



---

**CORUMBÁ**

---

**NOTÍCIA DE FATO N.º 01.2022.00009097-5****RECOMENDAÇÃO N.º 0002/2023/02PJ/CBA**

O Ministério Público de Mato Grosso do Sul, através da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Constituição Federal, Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985, Lei Federal n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, Lei Complementar Estadual n.º 072, de 18 de janeiro de 1994, e pela Resolução PGJ n.º 15 – PGJ, de 25 de agosto de 1997, resolve:

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (artigo 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a Resolução n.º 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO a supremacia do interesse público sobre o particular, para o qual a prevalência dos interesses da coletividade sobre os interesses dos particulares é pressuposto lógico de qualquer ordem social estável;

CONSIDERANDO que encaminhado pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul a *Manifestação n.º 11.2022.00003264-0*, anônima, noticiando o suposto funcionamento irregular do estabelecimento “*Bar do Branquinho*”, localizado na Rua Dom Aquino, esquina com a Rua Tenente Melquiades, no Município de Corumbá/MS, sem alvará de funcionamento e licença ambiental;

CONSIDERANDO que o responsável pelo estabelecimento apresentou Protocolo do pedido de Licenciamento Ambiental (f. 35), Certificado de Vistoria n.º 2602202207297140 do Corpo de Bombeiros Militar (f. 36-39), Dispensa de Alvará de Localização e Funcionamento n.º 002374900 (f. 40), Licença Sanitária n.º 407/2022 (f. 41), Certificado de Controle de Pragas – Desinsetização n.º 5922/22 (f. 94) e Alvará da Polícia Civil n.º 3592 (f. 100);

CONSIDERANDO que, durante vistoria realizada pelo Corpo de Bombeiros Militar em 16/12/2022, constatado que o responsável pelo estabelecimento instalou os meios de proteção da edificação (extintores, iluminação e sinalização de emergência) – f. 55;

CONSIDERANDO que a AGETRAT, em fiscalização realizada nos dias 17 e 18 de dezembro de 2022, não constatou irregularidades com relação à obstrução do trânsito nas adjacências do estabelecimento – f. 77-79;

CONSIDERANDO que o Corpo de Bombeiros Militar declarou que o representante legal do estabelecimento cumpriu as exigências da *Notificação de Exigência n.º 107/3º GBM/2022*, ou seja, aplicou produto retardante ao fogo no forro de madeira – f. 99;

CONSIDERANDO que o *Processo de Licenciamento Ambiental n.º 30835/2022* junto à Fundação do Meio Ambiente do Pantanal de Corumbá, com objetivo de regularizar a atividade de “Serviços de Música e Sonorização Mecânica e Ao Vivo”, encontra-se em fase de análise do técnico responsável e manifestação do Autuado nos autos para adoção das medidas cabíveis;

CONSIDERANDO que aquele que fizer funcionar estabelecimento potencialmente poluidor, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes, incorre nas penas do artigo 60 da Lei n.º 9.605/1998, que são de detenção, de um a seis meses, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente;

CONSIDERANDO que poder de polícia destina-se assegurar o bem-estar geral, impedindo, através de ordens, proibições e apreensões, o exercício antissocial dos direitos individuais, o uso abusivo da propriedade ou a prática de atividades prejudiciais à coletividade;



Resolve, em defesa da cidadania e do meio ambiente, RECOMENDAR, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais cíveis e criminais:

a) ao proprietário/responsável pelo estabelecimento Bar e Conveniência Brankinhos Beer, pessoa jurídica O. R. Souza Alves, CNPJ n.º 18.546.216/0001-12, localizado na Rua Dom Aquino, n.º 166, Centro, no Município de Corumbá/MS, Sr. Odair Ramão de Souza Alves, que, imediatamente, abstenha-se de realizar evento com música e sonorização mecânica e ao vivo, de qualquer natureza (público ou privado / com a venda de ingresso ou gratuito) sem que o estabelecimento possua Licença Ambiental, sob pena de incorrer no crime do artigo 60 da Lei dos Crimes Ambientais;

b) à Fundação do Meio Ambiente do Pantanal do Município de Corumbá/MS que, uma vez constatadas e não sanadas as irregularidades no bojo do *Processo de Licenciamento Ambiental n.º 30835/2022*, adote as medidas administrativas cabíveis, sob pena de responsabilização do agente público omissor por improbidade administrativa (artigo 11, inciso II, da Lei n.º 8429/1992), sem prejuízo da responsabilização criminal, nos termos do art. 1.º, XIV do Decreto-Lei n.º 201/1967; e

c) à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos do Município de Corumbá/MS que realize, no prazo de 10 (dez) dias úteis, vistoria no estabelecimento “Brankinhos Bar” (*Rua Tenente Melquiades de Jesus, n.º 166, Centro, Município de Corumbá/MS*), aos sábados e/ou domingos, a partir das 15 horas, sem prévio aviso, para aferição da regularidade do funcionamento do estabelecimento, em especial quanto ao uso da calçada para colocação de mesas e cadeiras. E, uma vez constatadas e não sanadas as irregularidades, adote as medidas administrativas cabíveis, sob pena de responsabilização do agente público omissor por improbidade administrativa (artigo 11, inciso II, da Lei n.º 8429/1992), sem prejuízo da responsabilização criminal, nos termos do art. 1.º, XIV do Decreto-Lei n.º 201/1967;

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Adverte-se aos destinatários que o não atendimento desta Recomendação poderá ensejar medidas judiciais na seara cível, criminal e administrativa, nos termos supra fundamentados.

O Ministério Público de Mato Grosso do Sul deverá ser comunicado (através do e-mail 2pjcumb@mpms.mp.br), no prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento da presente, quanto ao acatamento ou não da RECOMENDAÇÃO, sob pena de serem adotadas as medidas cabíveis em desfavor do responsável.

Remeta-se cópia desta Recomendação para publicação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP).

Corumbá/MS, 21 de março de 2023.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA  
Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0002/2023/05PJ/CBA****Autos de Inquérito Civil nº 06.2023.00000234-0**

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2023.00000234-0, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: A apurar

Assunto: Apurar supostas irregularidades decorrente de morosidade na reforma da Escola Municipal Pedro Paulo de Medeiros em Corumbá/MS, bem como gastos exorbitantes com aluguéis para funcionamento da referida escola em outro local.

Corumbá/MS, 21 de março de 2023.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

---

**DOURADOS**

---

**EDITAL 0004/2023/10PJ/DOS**

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados -MS, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo abaixo, cujos autos digitais podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002992-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Villanova Hair LTDA, Cleverson Alfredo Villanova da Silva

Assunto : Efetivar o acompanhamento e a fiscalização do cumprimento das cláusulas do Termo de Acordo Judicial celebrado entre o Ministério Público Estadual e Villanova Hair LTDA no bojo da Ação de Execução n.º 0802824-05.2015.8.12.0002.

Dourados, 21 de março de 2023

ROSALINA CRUZ CAVAGNOLLI

Promotora de Justiça



---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**AMAMBAI**

---

**AUTOS DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 09.2023.00003180-2**

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: PAM - Penitenciária de Amambai

**RECOMENDAÇÃO N.º 0001/2023/01PJ/AMB**

O Ministério Público Estadual, por sua Promotora de Justiça que esta assina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 129 da Constituição Federal, artigo 132 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, artigo 26, inciso IV, alínea “b” e artigo 28, ambos da Lei Complementar n.º 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul), e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO os princípios mínimos preconizados no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal, dentre eles o da moralidade, legalidade e eficiência, que devem nortear a atuação dos agentes públicos, embasando-se, ainda, no que dispõe o princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Particular;

CONSIDERANDO que, nos termos da Lei, constitui Ato de Improbidade Administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público desempenhar papel nevrálgico na sociedade, enquanto órgão de acompanhamento e fiscalização nos âmbitos público e privado, garantindo as condições necessárias para atingir, de fato, o Estado Democrático de Direito;

CONSIDERANDO a constatação de irregularidades verificadas no Procedimento Investigatório Criminal n.º 06.2023.00000148-5;

CONSIDERANDO a constatação de que alguns presos costumam sair da Penitenciária de Amambai para efetuar trabalhos externos nas imediações da unidade prisional em atividades de manutenção da unidade prisional (principalmente retirada de lixo, corte de grama, etc.);

CONSIDERANDO a constatação da falta de procedimento formal, de critérios mais evidentes e de ato administrativo deliberativo escrito sobre a escolha/autorização de presos que terão contato com a manutenção do estabelecimento, principalmente aqueles que terão acesso às imediações externas para manutenção da unidade;

CONSIDERANDO que, conforme apurado, houve caso de preso que em poucos dias (cerca de 10 dias) de ingresso na unidade já foi incluído como “cela livre” e com acesso à área externa do Presídio, sendo que respondia a um PADIC em unidade penal anterior não concluído. Outro caso é de um preso denunciado por integrar perigosa facção criminosa especializada em roubos a banco que também logo foi colocado como “cela livre” com acesso a área externa do presídio, o que denota possíveis falhas no processo de escolha desses presos que receberão a confiança de atuar na manutenção interna e externa da unidade.

Constatou-se que tais presos saem diariamente, geralmente para retirada do lixo e retorno em seguida, o que aparenta tratar-se de atividade regular e necessária de manutenção da unidade. Entretanto, há dias em que os presos permaneceram por tempo considerável, até mais de hora, para fora das muralhas do presídio. Observou-se também que há, no período analisado, alguns registros de saída de preso com o diretor da unidade prisional sem especificação da atividade a ser realizada, não havendo informações sobre o procedimento de escolta do preso, que parece não ter sido observado, uma vez que o Diretor do estabelecimento não trabalha uniformizado ou na escolta de presos.





É certo que, sobre o processo de seleção dos presos para o trabalho, a classificação dos presos deve ser realizada por uma equipe multidisciplinar presidida pelo Diretor da Unidade Prisional, que realizará as devidas diligências para levantar informações sobre a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso (artigo 32, da Lei de Execução Penal), como também mapear e definir o perfil do preso, sendo um dos critérios fundamentais o histórico de bom comportamento dentro da Unidade.

No caso dos presos que serão selecionados para atuar na manutenção interna e, principalmente, externa da unidade, o processo de escolha deve ser especialmente criterioso, sendo adequada a observância ao princípio da motivação. Ainda, em atendimento às boas práticas dos atos administrativos, esse procedimento, desde o escrutínio até a decisão de escolha, deve ser escrito;

CONSIDERANDO a constatação do deslocamento de presos para outros locais externos (além da manutenção das imediações das muralhas do presídio) e utilização do trabalho do preso em local diverso do presídio, e em atividade não ligada à manutenção da unidade e ao interesse público, bem como sem autorização judicial e sem a devida formalidade. Ainda, sendo o deslocamento realizado em inobservância a regramento de escolta de preso (policial penal sozinho na escolta de três presos e descaracterizado – sem uniforme de serviço);

CONSIDERANDO a constatação do uso indevido do veículo da unidade prisional para fins diversos do interesse público (transporte de presos, utensílios e alimentos para confraternização de servidores);

CONSIDERANDO a notícia de ingresso de aparelho celular na unidade (conforme Boletim de Ocorrência n.º 1593/2022);

CONSIDERANDO que, em que pese o arquivamento do PIC n.º 06.2023.00000148-5, tendo em vista a ausência de elementos suficientes para a persecução penal, não é demasiado lembrar que o artigo 312, do Código Penal normatiza: apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio: pena reclusão, de dois a doze anos, e multa;

CONSIDERANDO que, havendo comprovação do dolo devido, o que não foi o caso presente, de acordo com o artigo 10, inciso II, da Lei n.º 8.429/92, com redação dada pela Lei n.º 14.230/2021: *constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;*

CONSIDERANDO o entendimento doutrinário acerca da competência para autorização do trabalho interno do preso: *"não há na LEP previsão expressa acerca de quem pode autorizar o trabalho interno. Apesar dessa omissão, compreende-se que pode fazê-lo o diretor do estabelecimento prisional, sempre sob o crivo jurisdicional"* (AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. Execução Penal: esquematizado. 2ª ed. São Paulo: Método, 2015, p. 51);

CONSIDERANDO que ao condenado no regime fechado de cumprimento de pena é admissível o trabalho externo, porém desde que seja em serviços ou obras públicas e observe as regras estabelecidas na Lei de Execução Penal (artigo 34, § 3º do Código Penal);

CONSIDERANDO que, de acordo com o artigo 37 da Lei de Execução Penal, cabe à direção do estabelecimento prisional autorizar o trabalho externo, ou seja, a princípio, o trabalho externo não estaria inserido no rol de atividades jurisdicionais, contudo, de acordo com a doutrina: *"O tema, no entanto, não é pacífico. Parcela expressiva da doutrina e da jurisprudência, inclusive nós, compreende que, na verdade, cabe ao Poder Judiciário autorizá-lo, mesmo porque, de acordo com o art. 66, VI, da LEP, compete ao juiz da execução 'zelar pelo correto cumprimento da pena e da medida de segurança'. Há também posição eclética sobre o tema, compreendendo que compete ao juiz da execução decidir sobre pedido de trabalho externo formulado por condenado que cumpre pena privativa de liberdade em regime semiaberto (caso em que não há vigilância direta da administração) e à administração carcerária deliberar sobre a prestação de trabalho externo nos casos em que o condenado cumpre pena privativa de liberdade em regime fechado (hipótese em que o trabalho apenas pode ser realizado mediante escolta)"* (AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. Execução Penal: esquematizado. 2ª ed. São Paulo: Método, 2015, p. 56/57);



CONSIDERANDO que as permissões de saída, que podem ser concedidas pelo diretor do estabelecimento, estão regulamentadas nos artigos 120 e 121 da Lei de Execução Penal e encontram-se previstas taxativamente, não sendo admitida interpretação extensiva;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 15.629, de 4 de março de 2021, que regulamenta as atividades de guarda externa dos presídios, custódia hospitalar e de escolta e transporte de presos no âmbito da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN-MS), e dispõe:

*"Art. 3º As atividades de guarda externa, compreendidas a vigilância de guaritas e muralhas das unidades prisionais, bem como a vigilância, segurança e o monitoramento do perímetro a partir de suas muralhas, áreas de segurança, vias de acesso e entorno de suas instalações, serão realizadas por grupamento armado responsável pela segurança das unidades prisionais, com atuação na prevenção de atos e atividades hostis, em tentativas de fuga ou invasão de áreas de segurança, na salvaguarda de equipamentos, veículos e armamentos." (g. n.)*

*"Art. 4º A escolta e o transporte de presos que estejam sob a custódia da AGEPEN-MS serão realizados por grupamento armado composto por pessoal treinado e habilitado para o desempenho de tais atividades." (g. n.)*

CONSIDERANDO a necessidade de colocar fim às irregularidades constatadas, adequando a conduta da administração penitenciária do Presídio de Amambai aos ditames constitucionais e legais;

RESOLVE, em defesa da devida execução penal, da segurança pública, dos direitos do preso e dos princípios da administração pública, RECOMENDAR<sup>1</sup>, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para a responsabilização das autoridades competentes, ao DIRETOR DO PRESÍDIO DE AMAMBAI e a TODOS OS SERVIDORES LOTADOS NO PRESÍDIO DE AMAMBAI, no que couber, que:

a) Estabeleça-se, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir do recebimento da presente recomendação, no âmbito do Presídio de Amambai, procedimento formal, com critérios mais evidentes e, ao final, com emissão, pelo responsável, do ato deliberativo/decisório escrito, para a seleção e escolha de presos que terão contato com as imediações externas da unidade prisional para atividades de manutenção do estabelecimento prisional (ex: limpeza, corte de grama, retirada do lixo, reparos, etc.).

a.1) O processo de escolha deverá incluir, além dos critérios que serão estabelecidos no procedimento e observância às disposições regulamentares e legais sobre o trabalho do preso (a exemplo de eventuais normas da gestão penitenciária estadual e dos artigos 31 a 35, da Lei de Execução Penal), a apreciação e deliberação expressa sobre segurança do estabelecimento prisional, histórico prisional, risco de fuga, eventual ligação do preso com organização criminosa, e histórico de procedimentos disciplinares.

a.2) Após o procedimento administrativo de seleção e decisão de escolha formalizados, deverá o Diretor da Unidade encaminhar ofício ao Juízo Corregedor do presídio local comunicando a relação de presos que foram autorizados pela direção da unidade prisional ao acesso às imediações externas da unidade para a finalidade estrita de exercer as atividades necessárias para a manutenção externa da unidade, com a devida escolta.

a.3) Os servidores responsáveis pela escolta externa deverão observar que a permanência do preso na parte externa da unidade deverá ocorrer apenas pelo tempo necessário ao cumprimento das atividades e impedir qualquer meio de comunicação/contato dos presos com terceiros.

a.4) Devem ser observados os devidos procedimentos de segurança para a escolta dos presos, atendendo-se às normativas da AGEPEN sobre o tema.

b) Não realizem o deslocamento de presos para outros locais externos (entenda-se: para além da manutenção das imediações das muralhas do presídio) sem autorização legal ou judicial e sem a devida formalização/registro do ato.

b.1) Devem ser observados os devidos procedimentos de segurança para a escolta dos presos, inclusive a devida uniformização do(s) servidor(es) envolvido(s), atendendo-se às normativas da AGEPEN sobre o tema.

c) Não utilizem do trabalho do preso em local diverso do presídio e em atividade não ligada às atividades da unidade, sem autorização legal ou judicial e sem a devida formalização do ato administrativo com os fundamentos e devida decisão autorizativa.

d) Não utilizem os veículos da unidade prisional para atividades alheias aos trabalhos penitenciários e administrativos.

e) Não havendo ordem em contrário, observem a utilização do equipamento de scanner corporal para todos (body scanner), conforme regulamento da AGEPEN sobre o tema.

f) Continuem aprimorando e realizando o bom preenchimento do livro de registros da Portaria com o controle

<sup>1</sup> Resolução n.º 015-2007 – PGJ, de 27 de novembro de 2007 - Art. 5º A recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social.



das pessoas e objetos que ingressam e saem da unidade prisional.

A ausência de observância da medida enunciada impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 10 (dez) dias, a partir do recebimento da presente, se o Diretor do Presídio de Amambai e demais acolherão ou não a RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não adotando as providências, ser manejada a ação civil respectiva. A Diretoria da unidade também deverá, no mesmo prazo, encaminhar comprovação de ciência da recomendação a todos os servidores da unidade, mediante assinatura de cada servidor declarando a ciência, acompanhada da data em que foi cientificado.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 70 (setenta) dias, a partir do recebimento da presente, sobre as providências adotadas para atendimento do item “a” da presente recomendação.

Ressalta-se que o acolhimento da presente recomendação implica necessariamente em anuência com o compromisso de que os Diretores da unidade prisional, ao deixarem o cargo, repassem a seus sucessores o conhecimento e necessidade de observância desta.

Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente recomendação para publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público.

Encaminhe-se cópia da presente recomendação para conhecimento do Juiz Corregedor do Presídio local.

Por fim, e em atenção ao disposto no Parágrafo único do artigo 45 da Resolução n.º 15/2007/PGJ, determino o encaminhamento integral dos presentes autos, incluindo a presente recomendação, ao Diretor-Presidente da AGEPEN/MS, para conhecimento e providência que entender cabíveis.

Amambai/MS, 21 de março de 2023.

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES  
Promotora de Justiça

## TERENOS

### EDITAL Nº 0011/2023/PJ/TRN

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Cesco, nº 530, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Preparatório: 06.2023.00000310-6.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar possível irregularidade consistente na cumulação indevida de cargos por servidora da Câmara Municipal de Terenos.

Terenos/MS, 21 de março de 2023.

MOISÉS CASAROTTO  
Promotor de Justiça em substituição legal